

Lei penal no espaço

Crime praticado por estrangeiro contra brasileiro, fora do Brasil? A lei penal brasileira pode alcançá-lo?

Sim, mas além das condições do art. 7º, §2º, do CP, devem estar presentes as condições do parágrafo terceiro. Por isso que a doutrina chama de extraterritorialidade hipercondicionada.

Art. 7º, § 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

- a) não foi pedida ou foi negada a extradição;
- b) houve requisição do Ministro da Justiça.

1) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - SECONT-ES - Auditor do Estado - Ciências Jurídicas) No tocante ao conflito das leis no tempo e sua eficácia no espaço, julgue o item a seguir.

Admite-se a aplicação, no território nacional, de leis de outros Estados, segundo princípios e convenções internacionais.

2) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - PO-AL – Papiloscopista)

Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

3) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - TCE-SC - Auditor Fiscal de Controle Externo – Direito)
Com relação à parte geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

Aplica-se a lei brasileira ao crime que tenha sido praticado em navio mercante de bandeira francesa ancorado no Porto de Itajaí, localizado no estado de Santa Catarina.

4) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TC-DF - Auditor Conselheiro Substituto) Julgue o item seguinte, a respeito dos princípios aplicáveis ao direito penal, da lei penal no tempo e no espaço e da irretroatividade da lei penal.

Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de aeronave ou embarcação brasileira que seja pública ou esteja a serviço do governo, independentemente de onde se encontrem, em razão do princípio da bandeira ou da representação.

5) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - MPE-SC - Promotor de Justiça) Julgue o seguinte item, referente à aplicação da lei penal.

Aplica-se o princípio da extraterritorialidade aos crimes praticados em aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

6) (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) Analise a seguinte situação hipotética: Três chilenos, revoltados com a derrota da seleção de futebol de seu país para o Brasil, depredaram uma sede internacional da Petrobras, localizada em Paris (França). Nesse caso, eles estão sujeitos à aplicação da lei penal brasileira, uma vez que se trata de hipótese de

- a) território brasileiro por extensão.
- b) territorialidade mitigada.
- c) extraterritorialidade condicionada, em razão do princípio cosmopolita.
- d) extraterritorialidade incondicionada, em razão do princípio da bandeira.
- e) extraterritorialidade incondicionada, em razão do princípio da defesa.

7) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - MPE-SC - Promotor de Justiça) Julgue o seguinte item, referente à aplicação da lei penal.

Em caso de crime que, por tratado, o Brasil se obrigue a reprimir, há extraterritorialidade incondicionada.

8) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PC-SE - Agente de Polícia Judiciária) Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

Considere que um cidadão nascido no Chile tenha cometido um crime de estupro naquele país, após a obtenção de sua naturalização secundária como brasileiro, com todos os efeitos legais a ela inerentes. Nesse caso, é possível a aplicação da lei penal brasileira, sendo condição de procedibilidade para o início da ação penal a entrada do agente em território nacional.

9) (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) Analise a seguinte situação hipotética: Vanderlei, holandês, cometeu um crime na China e lá foi processado e condenado à pena de seis anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. Advém que, pelo mesmo crime, também foi processado e condenado no Brasil à pena de onze anos de reclusão. De acordo com o Código Penal, considerando que se trata de uma das hipóteses de extraterritorialidade incondicionada, Vanderlei

- a) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, haja vista que China e Brasil não possuem tratado de extradição.
- b) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, uma vez que já cumpriu integralmente sua pena na China.
- c) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, em virtude da incidência do princípio da proibição do bis in idem.
- d) deverá cumprir, ainda, cinco anos de reclusão no Brasil.
- e) deverá cumprir, em razão da soberania brasileira, mais onze anos de reclusão no Brasil.

10) (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Investigador de Polícia Civil) Analise a seguinte situação hipotética: Vicente, brasileiro, durante suas férias em Moscou (Rússia), cometeu o crime de roubo contra uma loja de conveniência local e, lá, foi processado e condenado à pena de quatro anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. Ocorre que, pelo mesmo crime, também foi processado e condenado, no Brasil, à pena de sete anos de reclusão. De acordo com o Código Penal, Vicente

- a) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, tendo em vista que já cumpriu integralmente sua pena na Rússia.
- b) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, haja vista que o caso narrado representa hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- c) deverá cumprir, em razão da soberania brasileira, mais sete anos de reclusão no Brasil.
- d) deverá cumprir, em virtude do princípio da independência das instâncias, mais sete anos de reclusão no Brasil.
- e) deverá cumprir, ainda, três anos de reclusão no Brasil.

11) (FGV - 2023 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa – Advogado) Caio caminha pelas ruas de um Estado estrangeiro quando é surpreendido por Tício, brasileiro, que lhe desfere diversas ofensas, incluindo uma “cusparada” no rosto. O delito de injúria real é fato típico e ilícito em ambos os países. A respeito do caso relatado, é correto afirmar que

- a) se Caio também for brasileiro, caberá a aplicação da lei brasileira aos fatos ocorridos no exterior. A ação penal será pública incondicionada, por se tratar de injúria real.
- b) a lei brasileira é aplicável ao caso, desde que Tício retorne ao Brasil, independentemente de ter havido, ou não, persecução penal na origem.
- c) ainda que Tício retorne ao Brasil, a lei brasileira não é aplicável ao caso, por se tratar de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.
- d) se o fato tivesse ocorrido no Brasil, envolvendo estrangeiros, o Brasil não poderia reconhecer a aplicação da lei penal estrangeira ao fato ocorrido em território nacional.
- e) a hipótese é de extraterritorialidade condicionada, bastando que Tício retorne ao Brasil e que Caio ajuíze a competente queixa-crime para que haja a aplicação da lei penal brasileira.